

CODEBA-BA

**Analista Portuário -
Advogado**



Editais verticalizados

Companhia Docas do
Estado da Bahia

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto.
2. Tipologia e gêneros textuais.
3. Figuras de linguagem.
4. Significação de palavras e expressões.
5. Relações de sinonímia e de antonímia.
6. Ortografia.
7. Acentuação gráfica.
8. Uso da crase.
9. Morfologia.
10. Locuções verbais.
11. Elementos de comunicação e funções da linguagem.
12. Domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual.
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto.
14. Sintaxe.
15. Concordância verbal e nominal.
16. Regência verbal e nominal.
17. Colocação pronominal.
18. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.
19. Função textual dos vocábulos.
20. Variação linguística.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

1. Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 (Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários).

2. Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 (Regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias).
3. Resolução Normativa nº 7-ANTAQ, de 30 de maio de 2016 (Aprova a Norma que regula a exploração de áreas e instalações portuárias sob gestão da administração do porto, no âmbito dos portos organizados).
4. Resolução ANTAQ Nº 75, de 02 de junho de 2022 (Dispõe sobre a fiscalização da prestação dos serviços portuários e estabelece infrações administrativas).
5. PORTARIA/MINFRA Nº 51, DE 23 DE MARÇO DE 2021 (Disciplina a exploração direta e indireta de áreas e instalações não afetas às operações portuárias, e dá outras providências).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Introdução ao direito administrativo. Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo. Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil. Reflexos da LINDB sobre o Direito Administrativo.
2. Administração Pública. Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito. Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.
3. Regime jurídico administrativo. Conceito. Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade dos interesses públicos.
4. Organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta. Órgãos públicos. Administração indireta.

Autarquias e fundações. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Consórcios públicos. Agências executivas e reguladoras.

5. Atos administrativos. Conceito. Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos. Requisitos ou elementos. Atributos. Fases de constituição do ato administrativo. Classificação. Atos administrativos em espécie. O silêncio no direito administrativo. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. Decadência administrativa.

6. Processo administrativo. Lei Federal nº 9.784/1999.

7. Poderes e deveres da Administração Pública. Poder regulamentar. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder de polícia. Dever de agir. Dever de eficiência. Dever de probidade. Dever de prestação de contas. Uso e abuso do poder.

8. Serviços públicos. Conceito e princípios. Formas de prestação do serviço público. Classificação. Delegação contratual de serviços.

Concessão, permissão e autorização. Parceria Público-Privada. Direitos dos usuários dos serviços públicos.

9. Intervenção do Estado na propriedade. Conceito. Fundamento. Modalidades. Desapropriação. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Requisição administrativa. Ocupação temporária.

10. Licitações e Contratos Administrativos. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Lei Federal nº 10.520/2002. Lei Federal nº 12.462/2011. Sistema de registro de preços.

11. Controle da administração pública. Conceito. Classificação das formas de controle. Controle exercido pela administração pública. Controle legislativo. Controle judicial. Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas.

12. Improbidade administrativa.

13. Agentes públicos. Conceito e classificação. Cargo público, emprego público e função pública. Requisitos de ingresso no serviço público. Estabilidade. Direitos e deveres. Provimento e vacância. Acumulação de cargos. Remuneração, vantagens, férias, licenças e afastamentos. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar. Aposentadoria.

Disposições constitucionais aplicáveis.

14. Bens públicos. Conceito. Competência para legislar. Classificação. Características. Espécies. Afetação e desafetação. Aquisição e alienação. Uso dos bens públicos por particular.

15. Responsabilidade civil do Estado. Fundamento. Evolução histórica. Teorias aplicáveis. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso. Responsabilidade do agente público. Responsabilidade primária e subsidiária. Prescrição. Responsabilidade do Estado por atos legislativos. Responsabilidade do Estado por atos judiciais. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público.

16. Entidades do terceiro setor. Serviços Sociais Autônomos. Entidades de Apoio. Organizações Sociais. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Organizações da sociedade civil.

17. Acesso à informação.

18. Liberdade econômica e Desburocratização.

19. Solução alternativa de conflitos com o poder público.

20. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constitucionalismo. Conceito. Trajetória histórica do constitucionalismo. Constitucionalismo liberal e social. O Constitucionalismo brasileiro. O Constitucionalismo francês, britânico e norte-americano. Positivismo. Pós-positivismo. Neoconstitucionalismo.

2. Direito Constitucional: conceito, natureza, objeto e espécies. Fontes. As relações do Direito Constitucional com os demais ramos do Direito e com disciplinas de caráter não jurídico.

3. Constituição: conceito, objeto, conteúdo, elementos e classificação. Teoria da constituição. O papel da constituição. Constitucionalização simbólica. Concepções sobre a constituição. Histórico das constituições brasileiras. A constituição brasileira de 1988.

4. Teoria do ordenamento jurídico. Teoria da norma jurídica. Teoria da norma constitucional. A norma constitucional: conceito, natureza, espécies e distinções. Classificação das normas constitucionais. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Os princípios constitucionais. Conflito de normas. Normas constitucionais no tempo.

5. Hermenêutica constitucional. Métodos de interpretação. Princípios de interpretação constitucional. Mutação e reforma. Regras e princípios. Defeasibility. Postulados normativos. Os limites da interpretação constitucional. A integração da constituição. Criação judicial do direito.

6. A ordem constitucional vigente. A estrutura da constituição. Preâmbulo. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

7. Poder Constituinte: conceito, natureza, espécies e características. O Poder Constituinte e sua evolução histórica. Poder constituinte e direito adquirido. Nova Constituição e ordem jurídica anterior. Recepção. Inconstitucionalidade superveniente. Repristinção. Desconstitucionalização.

8. Controle de constitucionalidade: conceito e pressupostos. A supremacia da constituição. Bloco de constitucionalidade. Natureza da norma inconstitucional. Os antecedentes históricos e a evolução do controle de constitucionalidade. O controle de constitucionalidade no direito comparado e no sistema brasileiro. Anulabilidade ou nulidade da norma inconstitucional. Formas de inconstitucionalidade e de controle de constitucionalidade. Espécies de inconstitucionalidade. “Estado de coisas inconstitucional”. Momento de controle de constitucionalidade. Controle difuso e concentrado de constitucionalidade. Técnicas de decisão. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Representação Interventiva. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de constitucionalidade no âmbito estadual.

9. Princípios fundamentais do Estado brasileiro.

10. Organização do Estado. Teoria geral do Estado Federal. A história do federalismo. Tipologias do federalismo. O federalismo brasileiro. Forma de governo, sistema de governo e forma de Estado. Competências e sua classificação. Repartição de competências. União. Estados federados. Municípios. Distrito Federal. Territórios Federais. Intervenção. Administração Pública: disposições gerais. Servidores Públicos. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
11. Funções do Estado e separação de poderes. Teoria geral da separação dos poderes. Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal. Estrutura, organização e atribuições. Deputado Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Vereadores. Comissões Parlamentares de Inquérito. Processo e procedimentos legislativos. Espécies normativas. Emenda à Constituição. Cláusulas pétreas. Das leis. Orçamento. Função fiscalizatória do Poder Legislativo e Tribunal de Contas. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
12. Poder Executivo. Sistemas de governo. O Poder Executivo na Constituição Federal de 1988. Atribuições, substituição, sucessão e responsabilidade do Presidente da República. Ministros de Estado. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional. Governadores. Prefeitos. Secretários de Estado e municipais. Decretos e regulamentos.
13. Poder Judiciário. Disposições gerais na Constituição. Princípios. Garantias do Poder Judiciário. Tribunais Superiores. Conselho Nacional de Justiça. Poder Judiciário da União e Poder Judiciário estadual. Regime constitucional dos precatórios. Súmula vinculante. Reclamação constitucional.
14. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público: histórico, disposições constitucionais, organização, princípios e garantias. Conselho Nacional do Ministério Público. Advocacia Pública. Advocacia e Defensoria Pública.
15. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de exceção. Sistema constitucional das crises. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças Armadas. Segurança pública.
16. Direitos e garantias fundamentais. Evolução dos direitos fundamentais. Teoria dos direitos fundamentais. Deveres fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos individuais em espécie. Garantias individuais. Ações e remédios constitucionais.

Direitos sociais. Direitos sociais em espécie. Direitos de Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos.

17. Ordem econômica e financeira. Conceito de ordem. Princípios gerais da atividade econômica. Intervenção no domínio econômico. Formas de intervenção. Limites da intervenção. Repressão do abuso do poder econômico. Política urbana. Política agrícola. Política Fundiária. Reforma agrária. Regime das jazidas. Sistema financeiro nacional.

18. Tributação e Orçamento. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Repartição de receitas tributárias. Finanças Públicas. Normas gerais. Orçamento.

19. Ordem social. Objetivos. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência, tecnologia e inovação. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente, jovem e idoso. Índios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais do direito tributário.

Limitações constitucionais ao poder de tributar.

Repartição das receitas tributárias.

2. Tributo. Conceito.

Natureza jurídica. Classificações. Espécies.

Imposto. Taxa. Contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório. Contribuições.

3. Competência tributária. Classificação. Exercício da competência tributária. Capacidade tributária ativa. Imunidade tributária. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. Imunidades em espécie. Competência para legislar sobre Direito Tributário.

4. Fontes do direito tributário. Constituição Federal.

Leis complementares. Leis ordinárias e atos equivalentes. Tratados e convenções internacionais.

Atos do poder executivo federal com força de lei material.

Atos exclusivos do poder legislativo.

Convênios. Decretos regulamentares. Normas complementares.

5. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.

6. Obrigação tributária. Definição e natureza jurídica.

Obrigação principal e acessória.

Fato gerador.

Sujeito ativo. Sujeito passivo. Solidariedade.

Capacidade tributária. Domicílio tributário.

Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade de terceiros. Responsabilidade por infrações.

7. Crédito tributário.

Constituição de crédito tributário. Lançamento.

Modalidades de lançamento.

Suspensão do crédito tributário.

Extinção do crédito tributário.

Exclusão de crédito tributário.

Garantias e privilégios do crédito tributário.

8. Administração tributária. Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas.

9. Impostos da União.

10. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.

11. Impostos dos Municípios.

12. Processo administrativo tributário. Princípios. Acepções e espécies. Determinação e exigência do crédito tributário. Representação fiscal para fins penais.

13. Processo judicial tributário. Ação de execução fiscal. Lei nº 6.830/1980.

14. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

15. Ilícito tributário. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário. Crimes contra a ordem tributária. Lei nº 8.137/1990.

16. Lei Complementar nº 116/2003.

17. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Seguridade social. Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios. Disposições constitucionais aplicáveis.
2. Custeio da seguridade social. Receitas, contribuições sociais, salário de contribuição.
3. Regime geral de previdência social.

DIREITO CIVIL

Parte geral – das pessoas físicas ou naturais.

Início e extinção.

Personalidade jurídica.

Capacidade civil.

Emancipação.

Dos direitos da personalidade.

Das pessoas jurídicas.

Do domicílio.

Dos bens.

Fatos e atos jurídicos.

Teoria geral dos negócios jurídicos.

Prescrição e decadência.

Dos atos ilícitos.

Do abuso do direito.

Do direito das obrigações.

Das modalidades das obrigações.

Da transmissão das obrigações.

Da extinção das obrigações.

Do inadimplemento das obrigações.

Dos contratos.

Teoria geral dos contratos.

Noção de contrato.

Elementos dos contratos.

Princípios contratuais.

Interpretação dos contratos.

Da formação dos contratos.

Da responsabilidade civil.

Pressupostos.

Conduta.

Nexo causal.

Dano.

Dano material.

Dano moral: espécies.

Responsabilidade subjetiva.

Responsabilidade objetiva.

Cláusula geral de responsabilidade civil objetiva.

Responsabilidade civil extracontratual, précontratual e contratual.

Responsabilidade civil decorrente do abuso do direito.

Da obrigação de indenizar.

Do direito das coisas.

Da posse.

Posse e detenção.

Classificação da posse.

Composse.

Aquisição, sucessão e perda da posse.

Efeitos da posse.

Autodefesa da posse.

Ações possessórias.

Da propriedade.

Aquisição e perda da propriedade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Normas processuais civis. Direito de Ação: teorias, condições, elementos. Processo: conceito, relação jurídico processual, princípios processuais. Jurisdição e Competência.
2. Sujeitos do processo: partes, procuradores, juiz, auxiliares da Justiça, ministério público, advocacia pública e defensoria pública.
3. Litisconsórcio.
4. Intervenção de Terceiros.
5. Negócio jurídico processual.
6. Atos processuais: forma, tempo, lugar e prazos.
5. Comunicação dos atos processuais.
7. Atos processuais: nulidades, distribuição, registro.
8. Tutela provisória.
9. Formação, suspensão e extinção do processo.
10. Petição inicial. Valor da causa. Improcedência liminar do pedido. Audiência de mediação e conciliação.
11. Respostas do Réu. Revelia.
12. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento.
13. Provas.
14. Sentença. Liquidação de sentença. Coisa julgada.
15. Cumprimento de sentença.
16. Consignação em pagamento. Ação de exigir contas.
17. Ações possessórias.
18. Embargos de Terceiro. Oposição.
18. Ação Monitória.
19. Procedimentos de jurisdição voluntária: disposições gerais, notificação, interpelação.
20. Processo de Execução: princípios, disposições gerais, sujeitos processuais, competência, título executivo, exigibilidade da obrigação, responsabilidade patrimonial.
21. Processos de execução em espécie.
22. Ordem dos Processos e Processos de Competência Originária dos Tribunais.

23. Recursos: fundamento, conceito, princípios, classificação, efeitos, juízo de admissibilidade e de mérito.
24. Recursos em espécie: Apelação, Agravo de Instrumento, Agravo Interno, Embargos de Declaração.
25. Recurso Ordinário Constitucional. Recurso Especial (REsp). Recurso Extraordinário (RE). Agravo em RE e REsp. Embargos de Divergência.
26. Lei nº 8.038/1990 (Processos Originários no STJ e no STF).
- Lei nº 8.437/1992 (Medidas Cautelares contra atos do Poder Público).
- Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis).
- Lei nº 9.494/1997 (Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública).
- Lei nº 9.507/1997 (Direito de acesso a informações e rito do Habeas Data).
- Lei nº 10.259/2001 (Juizados Especiais Cíveis Federais).
- Lei nº 11.417/2006 (Súmula Vinculante).
- Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial).
- Lei nº 12.016/2009 (Mandado de Segurança).

DIREITO DO TRABALHO

- Relação de Trabalho: Natureza Jurídica – Teoria.
- Contrato de trabalho e relação de trabalho.
- Caracterização da Relação de Emprego: importância do assunto.
- Critérios para a caracterização.
- Sujeitos da relação de Emprego.
- O empregado: Definição.
- Trabalhadores autônomos, avulsos, eventuais e temporários.
- Trabalhadores intelectuais e altos empregados (Cargos).
- Sujeitos da Relação de Emprego.
- O empregador: Conceito.
- Empresa, estabelecimento: Conceito.
- Solidariedade de empresas.
- Sucessão de empresa e sucessão de empregadores.

Contrato de Trabalho: Definição, Denominação, Caracteres, Morfologia.

O Contrato de Trabalho e os Contratos Afins.

Interesse da distinção.

Diferença entre contrato de trabalho e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria.

Espécies de Contrato de Trabalho: contrato por tempo determinado e por tempo indeterminado.

Renovação – consequências.

Contrato de trabalho individual.

Efeitos de Contrato de Trabalho: Obrigações principais e conexas do empregado e do empregador.

A prestação de trabalho: Pessoaalidade.

Poder hierárquico do empregador – diretivo, disciplinar e regulamentar.

Remuneração: Conceito.

Distinção entre remuneração e salário.

Caracteres do salário.

Salário e indenização: adicionais.

O princípio da igualdade de salário.

Formas de Remuneração: Classificação.

Proteção ao Salário: Contra o empregador.

Contra os Credores do empregado.

Duração do Trabalho.

Jornada de trabalho: duração e horário.

Trabalho extraordinário.

Trabalho noturno.

Trabalho em regime de revezamento.

Repouso: intrajornadas e interjornadas.

Repouso semanal e em feriados.

Férias: natureza jurídica.

Período aquisitivo e concessivo: duração.

Remuneração simples, dobrada e abono de férias.

Alteração do Contrato de Trabalho.

Alteração unilateral e bilateral.

Novação objetiva no contrato de trabalho: Promoção, e rebaixamento e remoção.

Suspensão do Contrato de Trabalho.

Causas determinantes: espécies e Efeitos.

Suspensão para inquérito e suspensão disciplinar.

Terminação do Contrato de Trabalho: modos e causas.

Extinção do Contrato por prazo indeterminado e determinado.

Homologação dos pedidos de demissão e dos recibos de quitação.

Aviso Prévio: Conceito, natureza jurídica e espécies.

Prazos e efeitos.

Indenização devida nos diversos casos de ruptura do contrato de trabalho.

Estabilidade e garantia no emprego: Conceito, hipóteses e requisitos.

Despedida de empregado estável.

Falta grave: Conceito.

Readmissão e reintegração.

Renúncia à estabilidade: homologação.

Despedida Obstativa.

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: conceito e natureza jurídica das contribuições.

Hipóteses de saque.

Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho: Conceito e natureza jurídica.

Conteúdos e efeitos: Extensão, forma e duração.

Sindicato: natureza jurídica.

Atribuições e prerrogativas.

Organização sindical brasileira.

Sindicalização.

Autonomia sindical.

Unidade e pluralidade sindical.

Previdência Social.

Benefícios previdenciários e seus efeitos sobre o contrato de trabalho: auxílio-doença, previdenciário e acidentário.

Aposentadoria (por idade, por tempo de contribuição, por invalidez e especial).

Salário-maternidade.

Salário família.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Justiça do Trabalho: organização, estrutura, competência e Jurisdição.

Os juízes de Direito.

Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

Composição, funcionamento, jurisdição e competência.

O Ministério Público do Trabalho: conceito e atribuições.

Corregedoria.

Reclamação Correicional e pedido de providências.

Procedimentos nos Dissídios Individuais.

Reclamação: Inquérito, Revelia, Contestação, Reconvencção, Partes e Procuradores.

Substituição processual na Justiça do Trabalho.

Audiência.

Conciliação: Instrução e Julgamento.

Provas no Processo do Trabalho: Interrogatório e depoimento pessoal - confissão e consequências.

Documentos - oportunidade de juntada, incidente de falsidade.

Prova técnica: sistemática de realização das perícias.

Testemunhas: compromissos, impedimentos e consequências, Justiça Gratuita.

Execução: conceito e incidentes na fase executória.

Sentença de Liquidação e Impugnação.

Embargos de devedor e impugnação de credor.

Procedimento nos dissídios Coletivos: Instauração de Instância, Conciliação e Julgamento.

Extensão das decisões e revisão.

Ação de cumprimento. Sentença: sentença individual, sentença coletiva.

Recursos no Processo do Trabalho:

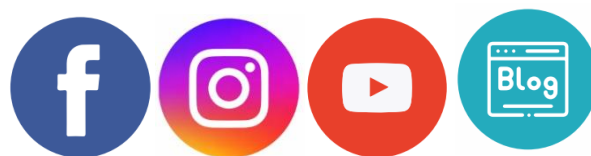
Disposições gerais – efeitos suspensivo, devolutivo e regressivo.

Recursos no processo de cognição.

Recursos no processo de execução.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!